

# Prestação de serviços ou cestas básicas em vez de prisão

O Brasil completou, em agosto, 20 anos de aplicação de penas alternativas. Em 1987, 197 pessoas foram punidas com medidas alternativas em vez de irem para a prisão. No ano passado, um salto. Mais de 300 mil brasileiros condenados por crimes considerados leves, como brigas de vizinho, pequenos crimes ambientais e difamação, prestaram serviço à sociedade ou doaram cestas básicas. Para se ter uma idéia do salto no número de aplicações de

penas diferenciadas, em 2002 foram 100 mil casos. Ou seja, houve um crescimento de 300% em apenas quatro anos.

No dia 4 de agosto de 1987, o país ganhou o seu primeiro serviço de monitoramento da execução das penas e medidas alternativas. Instalado no Rio Grande do Sul, o núcleo foi criado por meio de um convênio com o Ministério da Justiça e a partir dele foi possível aplicar e monitorar penas restritivas de direito, previstas na Lei de Execução Penal,

de três anos antes.

As penas e medidas alternativas são respostas diferenciadas que podem ser oferecidas a infratores que não oferecem risco à sociedade, uma vez que cometeram crimes de baixo e médio potencial ofensivo. No Brasil, sua aplicação está concentrada na prestação de serviço à comunidade e na prestação pecuniária.

Duas décadas depois da criação daquele primeiro escritório no Rio Grande do Sul, o país

conta hoje com mais de 200 serviços públicos implantados — entre núcleos, centrais de apoio e varas especializadas —, que realizam o trabalho de monitoramento e execução de penas restritivas de direito e das medidas que compensem a infração cometida.

Para a coordenadora-geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, Márcia de

Alencar, apesar das conquistas, ainda é necessário seguir um longo caminho para que a Lei de Execuções Penais seja cumprida de forma efetiva no que diz respeito à medidas alternativas para pequenos delitos. "Existem crimes que não podem ser respondidos com prisão. Mas a sociedade não dá suficiente credibilidade ao Estado para acreditar na punição. Imagino que seja esse o nosso principal desafio", comenta. (EK)